CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR (06/09)

Após 'recomeço', PEC da Educação avança na CCJ

ASSEMBLEIA Projeto que inclui UEG nos 25% da verba vinculada à Educação deve ir a plenário na terça; deputados da base estariam condicionando o voto a favor ao atendimento de reivindicações do Sintego

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

Wildes Barbosa

Karlos Cabral (PDT), deputado estadual: "Estou encarregado de fazer essa ponte de diálogo (com o Sintego)"

Depois de a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que inclui a Universidade Estadual de Goiás (UEG) nos 25% de vinculação constitucional do orçamento para a educação ser interrompida por falta de assinaturas nesta semana, ela foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa. A matéria chega ao Plenário na próxima terça-feira (10), em meio a um imbróglio envolvendo as negociações entre professores e o governo estadual.

Segundo o apurado pelo POPULAR, Virmondes Cruvinel (Cidadania) e Karlos Cabral (PDT), ambos da base do governador Ronaldo Caiado (DEM), estariam sinalizando que não votariam a favor da PEC caso não fossem atendidas pelo menos algumas das demandas do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego). Cabral teria uma audiência ontem com o democrata para discutir o assunto, mas ela não foi realizada por problemas de agenda e segue sem nova data definida.

A situação envolvendo os dois parlamentares gerou insatisfação entre aliados de Caiado, que chegaram a exigir que, se os deputados votarem contra, sejam expulsos da base. A interpretação é de que não faria sentido que eles permanecessem com espaço no governo se eximindo de arcar com o ônus de

> *"A gente está defendendo que tenha uma sinalização à carreira, mesmo com a resistência da Secretaria de Economia"*

Ao POPULAR, Virmondes e Karlos garantem que tentam apenas intermediar as negociações e tentar convencer o governo a ceder em alguns pontos. Karlos, inclusive, diz ter sido indicado pelo próprio Caiado para reunir as demandas e apresentá-las a ele. "O governador me autorizou a conversar com o segmento e estou encarregado de fazer essa ponte de diálogo."

"A gente está defendendo que tenha uma sinalização à carreira, mesmo com a resistência da Secretaria de Economia, sabendo que tenha a possibilidade de rever pelo menos o piso em 2019 e, no final deste ano ou no início do próximo, haja alterações nas progressões. Queremos que seja ouvido o segmento", completou Virmondes.

TRAMITAÇÃO

De novo, a alteração nas regras de aplicação de recursos foram acrescentadas a outra PEC, desta vez, de Vinicius Cirqueira (Pros), que trata do compartilhamento de informações entre Fa-

ções com cartões de crédito e débito, para fins de fiscalização e recolhimento de Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Dos 12 membros da CCJ, apenas Lêda Borges (PSDB) e Lucas Calil (PSL) votaram contra a proposta. Lucas disse que foi pela rejeição porque, na prática, ela deve tirar recursos da educação. "É uma PEC que vai tirar R$ 500 milhões da educação básica, do médio e fundamental, porque a UEG vai continuar operando e tendo seus recursos."

Como o parecer do líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), ainda não havia sido protocolado no Portal da Assembleia, contudo, a matéria não podia ser votada ainda ontem em Plenário e ficou para a semana que vem. Segundo o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), a assessoria legislativa informou que era preciso esperar oficialmente a publicação por se tratar de PEC.

Considerada primordial para o cumprimento da determinação constitucional de aplicação de recursos sem ignorar o déficit fiscal do Estado, a PEC que trata da UEG estava prevista para ser votada em Plenário na terça-feira (3), mas acabou não sendo analisada porque o deputado estadual Cláudio Meirelles (PTC) identificou que o projeto original que havia sido emendado para prever a alteração não tinha as 15 assinaturas necessárias. Com a constatação, a matéria que havia sido emendada voltou à estaca zero e

Uso de depósitos judiciais é aprovado em 1ª votação

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em primeira votação, o projeto de lei que autoriza o governo estadual a acessar até 75% dos recursos de depósitos judiciais. Se aprovada em segundo turno, a matéria permitirá ao Estado usar os cerca de R$ 1,8 bilhão para arcar com débitos da Previdência, de precatórios, advogados dativos e amortizar a dívida ativa com a União.

No plenário, Talles Barreto (PSDB) apresentou um requerimento pedindo ao governo a retirada da matéria de pauta, "tendo em vista a evidente tentativa do chefe do Executivo Estadual em contornar liminar concedida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF)". Para ele, como existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), a de nº 5.975, questionando a medida, o governador Ronaldo Caiado (DEM) incorreria em improbidade administrativa.

> *"Evidente tentativa do chefe do Executivo Estadual em contornar liminar concedida pelo ministro Edson Fachin, do STF"*
>
> **Talles Barreto (PSDB), deputado estadual**

Esta Adin foi proposta pelo advogado do Podemos, Alexandre Hsiung, genro de Caiado, ainda no ano passado, quando o ex-governador José Eliton (PSDB) aprovou matéria semelhante na Casa. Talles adiantou que, caso os deputados aprovem a matéria em definitivo, entrará com um mandado de segurança contra a medida.

Desde que o texto chegou à Casa, as principais críticas envolvendo o projeto de lei giravam em torno do posicionamento de Caiado, que, à época da suspensão da medida, em 2018, chegou a parabenizar Fachin pela decisão. Na semana passada, Henrique Arantes (PTB) chegou a ameaçar entrar com uma nova Adin para derrubar a matéria caso ela fosse de fato aprovada.

Em resposta, aliados de Caiado argumentam que o texto atual, apresentado pelo governador em conjunto com o presidente do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), foi modificado e, atualmente, atenderia aos questionamentos feitos pelo ministro do STF.

VICE-LIDERANÇA

Já o projeto de resolução que deve alterar o regimento interno da Casa para instituir a função de vice-liderança só deve ser apresentado depois de concluídas as votações da PEC da Educação, aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e da matéria que autoriza sobre os depósitos judiciais. O líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), disse que já trabalha no texto, mas que focará nas duas propostas prioritárias antes disso.

Essa alteração vai ser necessária porque, na última quarta-feira (4), como publicado pelo POPULAR, o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), enviou um ofício ao governador informando que não confirmaria o deputado de primeiro mandato Zé Carapó (DC) na função, por ausência de previsão regimental.

Xadrez

Rubens Salomão | xadrez@ohoje.com.br

Setor produtivo pede "bom senso" sobre incentivos

O presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial (ADIAL) em Goiás, Otávio Lage Filho, ainda não teve qualquer confirmação sobre reunião com a Secretaria de Economia e o governador Ronaldo Caiado (DEM), mas espera que medidas radicais não sejam tomadas no processo de rediscussão dos benefícios fiscais concedidos em Goiás. Empresários seguem de orelha em pé depois de o governador confirmar o debate para este mês e dos posicionamentos da secretária, Cristiane Schmidt, que tem repetido a existência de "gorduras" e "excessos" na concessão de incentivos fiscais e créditos outorgados. "É a questão do bom senso que a gente fala que tem que ter. Não se pode fazer mudanças em contratos pré-existentes que foram assinados", afirma o empresário, que destaca o próprio setor de atuação. A produção de etanol em Goiás tem benefícios de créditos outorgados estabelecidos em Lei.

CCJ aprova PEC da Educação

Matéria tramitou como emenda jabuti em projeto que autoriza convênios entre o Estado e os municípios

Raphael Bezerra
Especial para O Hoje

A Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ), da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), aprovou, na tarde desta quinta-feira (5), a emenda aditiva que altera a aplicação de recursos na Educação e inclui a verba destinada à Universidade Estadual de Goiás (UEG) dentro dos 25% do orçamento do Estado destinados à Educação. Antes, os investimentos para a pasta obedeciam a previsão mínima de 27%.

Tal emenda foi adicionada através de voto em separado deputado e líder do governo na casa, Bruno Peixoto (MDB) na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de nº 990/19, assinada pelo deputado Vinícius Cirqueira (PROS). Oposição considera que o dispositivo é um jabuti, pois extrapola a pertinência temática.

A emenda visa alterar o artigo 58 da Constituição Estadual que dispõe sobre a vinculação de receitas da Educação. Caso seja aprovada, o Estado de Goiás aplicará anualmente 25% das receitas com a pasta, entretanto os 2% destinados hoje para a Universidade Estadual de Goiás (UEG), estarão inclusos nessa porcentagem. Na justificativa, o deputado e líder do governo afirmou que a medida se dá em virtude da "impiedosa realidade financeira do Estado".

Líder do Governo havia retirada outra emenda, por não ter tido os endossos necessários

Ele diz ainda que os 25% mínimos para a educação básica não vinham sendo cumpridos pelos governos anteriores.

O texto proposto por Vinícius Cirqueira trata da autorização de celebração de convênios entre o Estado e os municípios para o compartilhamento de informações sobre as transações realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, de modo que as comunas, de posse de tais informações, possam fazer o lançamento da obrigação tributária e ir em busca de tais receitas.

De acordo com justificativa da proposição, trata-se de iniciativa que "contribuirá sensivelmente para o incremento das receitas tributárias de nossos municípios, ajudando-os a superar os efeitos da crise fiscal que a todos assola e permitindo a melhoria da qualidade de vida de nossa população".

Erro na tramitação

No começo da semana, quando a PEC começou a tramitar, o deputado estadual Cláudio Meirelles (PTC), que faz parte da Mesa Diretora da Casa, alertou que a PEC em que tramitava o projeto anteriormente não havia o número necessário de assinaturas para que pudesse ser votada.

"Ele viu que ela tem vício de origem, só tem 9 assinaturas. Não só obstante a isso. Esse projeto tem que ser retirado de pauta imediatamente", disse Henrique Arantes (PTB) ao utilizar a tribuna.

A emenda tramitava em uma PEC de autoria do líder do Governo que dispõe sobre a divulgação de atos parlamentares. No entanto, com o alerta feito pelo colega da oposição, Peixoto, retirou a matéria da pauta que só voltou a tramitar na quarta-feira (4) após acolhimento na PEC de Cirqueira.

DIÁRIO DA MANHÃ (06/09)

Fio Direto

SUELY ARANTES arantes.sueli@gmail.com

AGM faz apelo ao Estado para que iluminação em rodovias não seja cortada

O presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM) Paulo Sérgio de Rezende (Paulinho) se reuniu com representantes da Enel na manhã de ontem quando foi discutida a iluminação urbana em rodovias estaduais nos municípios da região Metropolitana de Goiânia. No ultimo dia 28 a Goinfra, agencia estatal que custeia esse serviço, solicitou a Enel para que seja feito o desligamento do fornecimento da energia uma vez que não mais pagará pelo benefício. Nesse caso os custos passariam para os próprios municípios. Mesmo com um prazo de cinco dias para efetuar o desligamento, de acordo com normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Enel ainda não adotou essa medida, aguardando que aconteça uma solução sem que haja consequências para a população. Para tanto solicitou um prazo de mais 15 dias. Os municípios que podem ser afetados são Goiânia, Itauçu, Inhumas, Aragoiânia, Goianira, Bela Vista de Goiás e Senador Canedo. Todos eles cortados por rodovias estaduais. Paulo Sérgio, apela para o governo estadual para que não adote essa medida. "Os municípios, com a atual situação financeira que passam, não tem as mínimas condições de assumir mais esse compromisso. Por outro lado, se realmente isso ocorrer, a população sairá muito prejudicada com os graves riscos de acidentes", argumentou. Segundo técnicos da Enel, além dos prejuízos à população, os equipamentos ao permanecerem desligados poderão sofrer avarias com o passar do tempo

Durante evento

Ministério do Turismo anuncia liberação de R$ 4,3 milhões para Goiás

05/09/2019 18:31 ··· Por Luiz Phillipe Araújo ···

Recursos são provenientes de programa federal e, no Estado, será utilizado para investimento no Caminho Cora Coralina e em municípios

O Ministério do Turismo anunciou nesta quinta-feira, 5, a liberação de R$ 4,3 milhões para investimentos públicos em Goiás. Parte do montante, cerca de R$ 3 milhões, será destinado à revitalização do Caminho de Cora Coralina. O restante será destinado aos municípios contemplados pelo programa federal Investe Turismo.

O anúncio foi feito pelo ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, durante o 19º Seminário Itinerante Investe Turismo, realizado em Goiânia e que contou com a participação do governador Ronaldo Caiado, além de várias autoridades políticas estaduais e de empresários.

Relacionados

Ronaldo Caiado decreta Ano Cultural Cora Coralina

Presidente da Goiás Turismo quer inserir Abadiânia no Caminho de Cora Coralina

Em entrevista coletiva, o ministro disse que haverá uma segunda etapa do programa federal, o que deve contemplar outras regiões do Estado.

"Nesse primeiro momento, o Ministério está investindo R$ 200 milhões em 158 municípios de todos os 26 estados mais o Distrito Federal. Na segunda etapa, teremos mais R$ 300 milhões e, certamente, Goiás vai ser beneficiado com, pelo menos, mais uma rota", anunciou Marcelo Álvaro.

Em tom elogioso, o governador Ronaldo Caiado destacou os trabalhos do programa federal. "O presidente Jair Bolsonaro acerta em estruturar o turismo no Brasil. Essa é uma área que rende empregos e lucratividade desde que você sustente bem o setor e atenda bem aos turistas. A Cidade de Goiás, por exemplo, tem potencial para receber visitantes o ano inteiro e não somente em datas festivas, como o Carnaval ou a Procissão do Fogaréu", afirmou.

O programa é desenvolvido conjuntamente pelo Ministério do Turismo, Sebrae e Embratur. Goiás foi contemplado com duas rotas, que englobam cinco municípios: o caminho de Cora Coralina, que abrange Pirenópolis, Cidade de Goiás e Goiânia; e a região da Chapada dos Veadeiros, que inclui Alto Paraíso e Cavalcante.

Assembleia

Projeto que prevê uso de depósitos judiciais é aprovado em primeira votação

05/09/2019 16:46 ··· Por Francisco Costa ···

Matéria dispõe sobre utilização de 70% desse recurso para pagamento de precatórios, advogados dativos e Previdência

Relacionados

Aprovada na CCJ, utilização de recursos dos depósitos judiciais é apreciada em plenário

O projeto que trata da autorização do uso de 70% dos depósitos judiciais para pagamentos de precatórias, previdência, e advogados dativos foi aprovado nesta quinta, 5, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e, na mesma data, no plenário da Assembleia, em primeira votação. O placar foi de 29 a seis.

Foram contrários: Lêda Borges (PSDB), Talles Barreto (PSDB), Coronel Adailton (PP), Antônio Gomide (PT), Adriana Accorsi (PT) e Dr. Hélio (PSDB).

Improbidade?

Antes, o deputado Talles Barreto (PSDB) pediu para incluir um requerimento que retirava esta pauta da ordem do dia, mas este foi rejeitado, e a matéria seguiu normalmente. O tucano justificou que existe uma Ação de Direta de Inconstitucionalidade contra matéria semelhante do ano passado.

Para ele, a aprovação da atual proposta poderia incorrer em improbidade administrativa. A base, no entanto, argumenta que o trecho judicializado — da utilização para pagamento da dívida com a União — não está colocado na atual proposta.

Discussão

A deputada Lêda Borges (PSDB), durante discussão da matéria, afirmou que o dinheiro não poderia ser usado, por não ser do governo ou do judiciário, mas privado. "A matéria está judicializada. Ninguém está contra recurso", avaliou.

Já o deputado Humberto Teófilo (PSL) defendeu a matéria durante o encaminhamento do voto e afirmou que a decisão contra a questão, como levantado por Talles, é liminar e precária. Para ele, por isso, é possível votar sem receios na aprovação, pois não haverá nenhum ato que gere improbidade.

A pauta volta à Casa para segunda votação na próxima terça, 10.